

O PROJETO GRANDE CARAJÁS - PGC - E SEUS REFLEXOS PARA AS QUEBRADEIRAS DE COCO DE IMPERATRIZ

Raimundo Lima dos Santos¹

Resumo

O objetivo desse trabalho é fazer uma apresentação do Projeto Grande Carajás - PGC, com o intuito de mostrar suas influências para a Amazônia, especialmente do ponto de vista sociocultural. Esse projeto, iniciado formalmente no início da década de 1980, consistiu num investimento, superior a 62 bilhões de dólares, em quatro setores: minero-metalúrgico, reflorestamento, agricultura e pecuária. pretende-se encontrar uma relação direta entre as consequências diversas do PGC e as transformações no universo das relações sociais e culturais das quebradeiras de coco babaçu de Imperatriz no Maranhão.

Palavras-chave: PGC, Imperatriz, Quebradeiras de coco.

Apresentação

O Projeto Grande Carajás foi um mega empreendimento econômico, político e social que teve início oficial em princípio da década de 1980, ainda que se tenha conhecimento de pretensões e de ações econômicas na região desde décadas anteriores, quando alguns diagnósticos apontavam a existência de metais na área. Esse empreendimento mineralógico foi executado, em sua maior parte, pelo governo brasileiro, mesmo assim, sua concepção e benefícios são compartilhados equitativamente com empresas estrangeiras.

Para a execução do projeto em sua estrutura, de modo geral, o governo federal disponibilizou elevado volume de capital, oriundo de empréstimos em instituições financeiras nacionais e estrangeiras. Inicialmente esse investimento seria direcionado à construção de uma infra-estrutura básica: rodovias e ferrovia, também a reforma de portos e aeroportos, dentre outros empreendimentos menores.

De maneira geral o objetivo foi a extração do minério, que seria transportado até o litoral e de lá embarcar para outras partes do mundo. Outra parte do projeto consistiu em trabalhar o ferro gusa em empresas no próprio país, por isso foi necessária a construção de uma hidrelétrica em Tucuruí, no Pará, com o objetivo especial de fornecer energia elétrica a essas siderúrgicas nacionais.

Em termos político e sociais o governo conseguiu reduzir conflitos agrários, por meio da doação de terras, pela força repressiva das forças armadas e pela força simbólica, que “permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica) [...] que só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário[...]” (BOURDIEU, 2005, p. 14). Nesse sentido, a força simbólica pode se referir

¹ Mestrando no de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Goiás – UFG e Bolsista pela Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA.

à incorporação de valores, como o que acontece no povoado de Petrolina, povoado de Imperatriz, que vem absorvendo cada vez mais práticas de mercado, considerada por algumas como prejudiciais aos valores comunitários e a preservação das florestas de babaçu.

Um dos resultados do PGC para a microrregião de Imperatriz, uma das vinte e uma microrregiões do Maranhão, situada a oeste do estado, foi a montagem de empresas de reflorestamento de eucalipto e indústrias siderúrgicas nos municípios de Imperatriz e Açailândia, distantes setenta quilômetros um do outro. Esses empreendimentos são responsáveis pela concentração de terras, devastação florestal, mudanças nas relações de trabalho e uma série de outras mudanças, que se dão, em parte, pela imposição dos grandes empreendimentos e, por outro lado, pela aceitação por parte dessas populações.

Grande parte das alterações ocorridas na comunidade de Petrolina, são fruto da atuação direta ou indireta das siderúrgicas situadas na região em evidência, que necessitam de carvão para seus fornos. Boa parte das pessoas que produzem o carvão nesse povoado entendem que não há prejuízos, sejam eles sociais ou ambientais, ao contrário, entendem que suas vidas tendem a melhorar em diversos aspectos, especialmente o econômico. Essa incorporação de novos valores que vão de encontro às práticas tradicionais do extrativismo, tem origem em ações na esfera econômica, cultural, social, contidas no universo material e simbólico dessa comunidade.

O poder simbólico é um poder (econômico, político, cultural ou outro) que está em condições de fazer reconhecer, de obter o reconhecimento, ou seja, de se fazer ignorar em sua verdade de poder, de violência arbitrária. [...] (BOURDIEU, 2000, p. 60).

Outra categoria que se utiliza neste texto é a noção de campo, porque permite uma abordagem mais específica em relação às categorias sociais, não apenas pautadas em classes “[...]evitando assim todas as espécies de reducionismo, a começar pelo econômico[...]” (BOURDIEU, 2005, p. 69). A ideia aqui é definir um campo extrativista tradicional de trabalho com o babaçu e um novo campo extrativista, que tem base na venda pura e simples do carvão, sem levar em conta as práticas sustentáveis e comunitárias. Nesse conflito de campos ou práticas culturais no interior da comunidade de Petrolina, pretende-se situar os embates de um grupo de quebradeiras de coco que se organizou nesse lugar.

Esse choque se dá em várias vertentes e uma delas é a do convencimento, conquistar mais credibilidade pode significar maior aquisição de poder. “Os que ocupam as posições dominadas no espaço social estão também em posições dominadas no campo de produção simbólica” (Idem, p. 152). Nessa perspectiva, analisa-se os conflitos desse grupo de quebradeiras diante das mudanças estruturais que a comunidade vive: transformações de ordem econômica, social e cultural.

Entre as alterações mais visíveis está a que se refere ao habitus extrativista tradicional pela modalidade de fabrico do carvão comercial. Ao dar ênfase a essa produção, a partir do coco integral, há uma parcial interrupção da cadeia cultural do extrativismo do babaçu que envolve o aproveitamento de diversos outros subprodutos do fruto.

Parte das mulheres de Petrolina, especialmente as que fazem parte da associação local de quebradeiras de coco, entende que a nova prática, venda do carvão a partir do coco integral, a médio e longo prazos trarão efeitos econômicos negativos. Já do ponto de vista socioambiental alguns resultados já são visíveis, por isso formaram uma associação como forma de lutar contra isso, por meio de trabalhos no âmbito ambiental, social, cultural e econômico, com base no desenvolvimento sustentável.

Usam como estratégia a memória como elemento político, que busca inspiração em um tempo em que a comunidade vivia uma maior harmonia social e ambiental. Também fazem uso de ensinamentos na área de meio ambiente, desenvolvimento sustentável, cursos de artesanato e aproveitamento integral do babaçu, dentre outras estratégias que visam despertar ou reforçar uma consciência ambiental e comunitária no povoado. Para isso é indispensável oferecer alternativas econômicas que possam ser mais viáveis que o carvão para as mulheres da localidade.

É a luta dessas quebradeiras de coco, organizadas numa associação, diante das mudanças estruturais no interior da comunidade de Petrolina que esse texto procura retratar, identificando nas transformações provocadas pelo Programa Grande Carajás um marco para o início de todas essas mudanças.

A formação do PGC

Desde as primeiras descobertas de minério, em escala industrial no território brasileiro, datadas por volta das primeiras décadas do século XX, empresas estrangeiras exercem elevada influência sobre o minério brasileiro. Percebe-se claramente que os campos econômico, político e cultural internacionais subordinaram o Estado brasileiro no sentido de reduzir sua autonomia, em múltiplas esferas sociais, e forçar a criação de leis favoráveis a seus interesses.

A criação da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD, em 1942, representou relativa independência do país em relação ao controle de seus minérios, ainda que isso não significasse uma autonomia substancial. Apesar de muitas conquistas nesse campo, os interesses dos Estados Unidos e da Inglaterra na Segunda Guerra Mundial foram assegurados com prioridade. E ao final da guerra, os países ocidentais sentiram necessidade de recuperar suas indústrias siderúrgicas, e os minérios Brasileiros foram importantes nesse intento.

Nos governos militares essa política de aproximação com os estrangeiros chega ao ápice. No início da década de 1970, o Estado aprovou uma ação conhecida por Projeto Radam, radar da Amazônia. Um dos principais objetivos foi mapear praticamente toda a Amazônia, com especial atenção, naquele momento, para a existência dos minérios. A partir desse “novo” conhecimento em relação às jazidas minerais nacionais, grupos estrangeiros se sentiram mais seguros para realizar uma nova empreitada de exploração mineral.

Um dos principais objetivos do Projeto Radam Brasil foi a efetivação de um levantamento dos recursos minerais e de aptidão dos solos. Desde 1967 pesquisas

apontavam para a existência de minério de ferro na região da Serra dos Carajás, no sul do Pará. Através de imagens de radar permitiu-se também o levantamento dos recursos florestais (KOWARICK, 1995, p. 39).

Um dos pré-requisitos para a elaboração do Projeto Grande Carajás foi uma profunda crise financeira que assolava o país na época de sua implantação; o governo intencionava atrair investimentos externos com o intuito de superar a crise. Havia certa preocupação em realizar um projeto capaz de integrar a Amazônia e pagar a dívida externa, para resolver os problemas sociais e econômicos do país.

Previu-se, só para a primeira década do projeto, investimentos superiores a 60 bilhões de dólares para a Amazônia oriental (COTA, 1984, p. 60-1). Para o andamento inicial do empreendimento, foi projetado um conjunto infra-estrutural composto de portos, aeroportos, rodovias, hidrovias, hidrelétrica, dentre várias outras obras. Contaria, ainda, com um capital social de mais de cinco milhões de pessoas e com um território de 1,7 milhão de quilômetros quadrados ou 35% da Amazônia legal (IBASE, 1983, p. 40).

A pretensão da CVRD era produzir, anualmente, 35 milhões de toneladas de minério de ferro, sob a forma de ferro gusa. Já os objetivos do PGC como um todo seriam: a exploração dos recursos naturais; saldar os compromissos externos, provocados pelo enorme endividamento; executar empreendimentos produtivos, com favorecimento a empresas nacionais e estrangeiras na obtenção de lucros financeiros.

Além disso, podem ser acrescentados outros empreendimentos que complementam o PGC, a saber: mineração Rio do norte, com a pretensão de exportar, na primeira metade da década de 1980 3,4 milhões de toneladas de bauxita por ano; Alunorte, produção de 800 mil toneladas de alumina por ano; Albrás, produção de 320 mil toneladas anuais de alumínio; Alcoa, produção de 500 mil toneladas por ano de alumina e 100 mil toneladas de alumínio (e uma perspectiva de quadruplicar essa produção). Esses projetos foram classificados em quatro setores que correspondem ao minero-metalúrgico, reflorestamento, agricultura e pecuária. (Idem, 1983, p. 58).

A Amazônia, especialmente a oriental, seria o locus propício para investimentos como esses, pois além da abundância de energia e mão-de-obra, proporcionava significativas vantagens em relação a uma legislação largamente tolerável quanto a atividades poluentes e devastadoras dos recursos naturais. Somado a isso, assegurou a posse de grandes quantidades de terras e direitos minerais a empresas que investissem na região.

O governo federal efetivou a titulação das terras do PGC, que corresponde a cerca de 90 milhões de hectares, com seis milhões em Goiás, atual Tocantins, trinta e um milhões no Maranhão e cinquenta e três no Pará. (COTA, 1984, p. 79). O órgão responsável pelo controle dessas terras foi o Grupo de Execução das Terras do Araguaia-Tocantins, GETAT. Outros dois órgãos de importância salutar aos empresários foram a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM, que aprovava os projetos e o Banco da Amazônia, BASA, com a finalidade de liberar recursos financeiros às empresas interessadas. (SANTOS, 2008, p. 23).

Entre outros objetivos, o programa procurava assegurar a exportação de minério de ferro barato para a então Comunidade Européia por 15 anos, satisfazendo cerca de metade da demanda da CE, ou 13,6 milhões de toneladas de minério de ferro por ano [...] (SUTTON, 1994, p. 63).

Ainda que tenha se responsabilizado por 75% dos investimentos do PGC na Amazônia, o governo brasileiro não foi um planejador autônomo desse processo, entre outras ações, seguiu diretrizes de estudos realizados por japoneses na região de Carajás. Dentre as atribuições do Estado, duas funções ganham destaque: fornecer infra-estrutura e mão-de-obra, e fornecer incentivos tributários e financeiros.

Para coordenar as instituições nacionais responsáveis pela realização da parte material e social, foi criado o Conselho Interministerial, que foi formado em 1980, por um Decreto-Lei 85.387, composto por oito membros: o Ministro da Secretaria de Planejamento da Presidência da República; o Ministro das Minas e Energia; o Ministro dos Transportes; Indústria e Comércio; Ministro da Fazenda; Interior; Agricultura; e Ministro do Trabalho. (KOWARICK, 1995, p. 65).

O custeio da infra-estrutura foi bancado pela Companhia Vale do Rio Doce mas os benefícios foram fracionados com empresas estrangeiras. Seus objetivos gerais seriam favorecer o crescimento industrial, a siderurgia e, especialmente, a exploração mineral; ocupar o que se denominou de “espaços vazios”, e substituir a economia tradicional camponesa e indígena por uma economia de mercado; gerar riqueza, emprego e renda para tirar o país da crise e a pagar a dívida externa; descentralizar a economia nacional.

A criação da Celmar em Imperatriz

Como já se mencionou anteriormente, o PGC abarcou diversos subprojetos diferentes e não apenas no âmbito da extração do minério. Esses projetos menores foram favorecidos pelo suporte material montado para o projeto matricial. Nessa diversidade surgiu o pólo guseiro, madeireiro, agropecuário e florestal, com grandes plantações de eucalipto pela região (FRANKLIN, 2008, p. 185).

A Celmar, empresa de celulose e papel, foi implantada na cidade de Imperatriz, fronteira com o estado do Tocantins. Chegou à cidade em 1992 com um projeto “novo” de plantio de eucalipto para a região. Uma experiência econômica, tendo o eucalipto como produto-base, foi elaborado ainda no início da década de 1970, quando o governo Médici patrocinou um gigantesco plantio de eucalipto e pinheiro com o propósito de atrair fábricas de celulose para a região da Amazônia.

O governo concedeu dezenas de milhões de dólares em incentivos fiscais às empresas, embora elas nunca fossem montadas. Em meados da década de 1980 esses plantios foram remanejados para a produção de carvão, com o objetivo de atender às necessidades da produção industrial do ferro gusa.

Na região de Imperatriz a produção do carvão marca vigorosamente a economia e as relações sociais, especialmente em nível tradicional ou familiar. No município de Açailândia, em meados da década de 1990, a produção do ferro gusa atingiu um preço equivalente a metade do valor da mesma produção no estado de Minas Gerais. Isso é um elemento importante para se perceber o quão incentivado foi a produção dessa matéria-prima energética.

A partir disso, novas plantações de eucalipto surgiram, significativas quantidades de florestas nativas passaram, mais intensivamente, a ser queimadas para atender as necessidades das indústrias de ferro gusa. Para se ter mais clareza em relação a esse

fato, mais de 80% do carvão utilizado na siderurgia brasileira, nessa época, era extraído de florestas nativas.

Na região tocantina as empresas de ferro gusa recorrem a três formas básicas de aquisição do carvão para seus fornos: aproveitamento de resíduos de serrarias; fabricação do carvão a partir das matas primárias e secundárias; e extração de matéria-prima de suas plantações de eucaliptos.

Em Açailândia, as empresas contam com grande quantidade de carvão de serrarias, tendo em vista que essa região, juntamente com o estado do Pará, próximo à fronteira com o Maranhão, possuem um elevado número de serrarias, o que caracteriza fortemente a economia regional e as relações sociais pautadas no trabalho.

Na região de Imperatriz as plantações de eucalipto contribuíram perceptivelmente para marcar um conjunto de mudanças sociais e econômicas. Ainda que a fábrica de celulose prevista pela Celmar nunca tenha se concretizado, ela contribuiu para alterar, em parte, a fisionomia social do lugar, em especial, por conta de concentração de terras.

Os governos, desde cedo, se mostraram interessados em trazer empresas de celulose para a Amazônia oriental, apesar de esses empreendimentos, quando implantados sem um rigoroso acompanhamento ambiental, sejam altamente prejudiciais ao meio ambiente, pois libera grandes quantidades de resíduos industriais na natureza e provoca graves danos ao meio ambiente e ao homem pelo uso de agrotóxicos. Sem mencionar as perdas na fauna e na flora pela predominância da monocultura do eucalipto. A partir de 1980 foi criado o Programa Pólos Florestais que objetivou realizar um zoneamento ecológico para o reflorestamento da área localizada à margem da Estrada de Ferro Carajás. Nesse zoneamento já se identificava algumas áreas propícias ao plantio do eucalipto.

Esse empreendimento surge em Imperatriz num contexto bastante favorável à sua implantação na região tocantina. Favorecida com infra-estrutura, capital financeiro, capital político e social, não só de mão-de-obra, mas também pelo fato de a sociedade não apresentar oposição significativa à implantação de seu projeto, apesar de previsão para um alto índice de concentração fundiária e degradação ambiental.

A CELMAR encontra, portanto, na região tocantina o cenário ideal à sua definitiva implantação [...] existência de extensas áreas degradadas, adequadas à implantação do reflorestamento com eucalipto; pesquisas florestais com eucalipto na região, realizada pela CVRD [...]; abundância de água (Rio Tocantins); de energia (hidrelétrica de Tucuruí, no Pará); disponibilidade de mão-de-obra barata; de serviços; transportes rodoviários e ferroviários (CONCEIÇÃO, 1995, p. 144).

Essa empresa foi composta por um grupo de empresários brasileiros e estrangeiros. Em 1992 foi legalmente criada em Imperatriz, com a composição de três sócios: a empresa Risipar S.A, com 55% das ações; a Vale, com 30%; e uma empresa japonesa chamada Nissho Iwai Corporation, com 15% do capital financeiro (Idem, 1995, p. 137).

Meses depois, alguns fatos mudaram na composição da empresa, quando a Vale passou a deter 42,5% do investimento total na empresa de celulose, e a maior

acionista, a Risipar, caiu de 55% das ações para também 42,5%, enquanto a empresa japonesa permaneceu com seu percentual inicial.

Essas mudanças significaram uma redução nos gastos financeiros do empreendimento. Um exemplo primeiro se deu com a redução do plantio de eucalipto de 80 mil hectares para 65 mil hectares, previsto para o segundo ano posterior à criação. O valor previsto para investimento foi de quase um bilhão de dólares, a serem empregados num prazo alargado em nove anos. 60% desse investimento não saíram dos recursos da própria empresa, mas de instituições financeiras estrangeiras e nacionais.

Em terras para o plantio de eucalipto a empresa comprou, de fazendeiros e donos de pequenas propriedades, mais de 365 mil hectares. Alguns proprietários venderam pelo interesse no capital para investimento em outros setores; outra parte dos pequenos proprietários se sentiu pressionada a vender, uma vez que suas áreas estavam cercadas por florestas de eucaliptos. Sem fauna, sem flora e sem vizinhos, a vida sociocultural desse pequeno proprietário torna-se vazia de sentido, no momento que ele perde o convívio social e a troca de experiências culturais com outras famílias.

Tudo caminhava para a consolidação da empresa na região, pois além das condições jurídicas, políticas, materiais e financeiras, havia um aparente interesse dos grupos empresariais envolvidos. Mesmo assim, no ano de 1997, houve alterações no percurso de investimento, por meio de redefinições operacionais. O nome da empresa mudou para Ferro Gusa Carajás, e mudou consigo sua postura, no sentido de manter apenas as plantações de eucaliptos e a compra do carvão para atender às siderúrgicas de Carajás.

Consequências socioambientais do PGC

Quando se olha para um projeto nas dimensões do PGC é difícil não reconhecer a série de benefícios econômicos e sociais que ele trouxe para a Amazônia e para o próprio país. A infra-estrutura é um dos pontos de maior destaque: as rodovias, desde sua implantação tiveram intensa participação na vida de muitas pessoas que precisavam se deslocar pelo território amazônico e nacional; a ferrovia, também contribuiu para o deslocamento de pessoas e, principalmente minérios e outras mercadorias, em nível regional; os portos com a finalidade de interligar o Brasil ao resto do mundo, também trazem contribuição notável ao país. Pelos investimentos é fácil perceber que o PIB regional aumentou, com uma conseqüente geração de renda a milhares de pessoas. Para se ter uma idéia mais apurada, pode-se verificar algumas informações a respeito das contribuições em impostos que a empresa Companhia Vale do Rio Doce repassa:

Dados recolhidos junto à empresa atestam que a Cia Vale do rio Doce pagou aos cofres públicos paraenses 67 milhões de dólares somente em tributos estaduais e municipais, o que representa 20% da receita tributária do estado [...] já na atualidade a Companhia repassa 8% do seu lucro líquido aos municípios onde exerce atividades [...] (GOMES, 1996, 25).

Esses valores podem significar investimentos consideráveis, especialmente tratando-se de regiões da Amazônia oriental, nas quais contam com rarefeitas políticas públicas, quando não inexistentes. Ações como estas significam a quase totalidade em muitos municípios situados nos estados do Pará e Maranhão.

Por outro lado, reconhecer apenas os benefícios sem olhar os prejuízos causados a muitas pessoas e grupos sociais, empobrece a análise do que é o Projeto Grande Carajás, pois não se deve esquecer que o alvo central foi o benefício à a macro-economia, a ser realizado por meio da CVRD, na época pública, e de empresas estrangeiras que participaram do projeto.

O primeiro problema a considerar é a concepção social que norteou o projeto, com base numa lógica de incorporar grupos sociais capazes de oferecer respostas econômicas de imediato, a exemplo dos trabalhadores que serviram na construção da infra-estrutura das BR's e da hidrelétrica, por exemplo. Nesse sentido, estão excluídos os indígenas e muitos camponeses que não se adequaram ao projeto, por seu "habitus" camponês, relacionado ao trabalho e ao modo de vida tradicionais. Por "habitus" entende-se a definição de Bourdieu:

O habitus seria um conjunto de esquemas implantados desde a primeira educação familiar, e constantemente repostos e reatualizados ao longo da trajetória social restante, que demarcam os limites à consciência possível de ser mobilizada pelos grupos. (MICELI, in BOURDIEU, 2004, p. XLII).

Essa disposição diante do mundo social ou essa cultura camponesa foi um entrave para projetos na Amazônia, pois os excluídos do processo são muitos, e isso provoca diversos problemas de ordem cultural, social, econômica e política. As terras naquele momento, especialmente os latifúndios, estavam mais "seguras e aproveitáveis" com fazendeiros e empresas que pudessem aproveitá-las "racionalmente" em projetos "produtivos", com plantios de eucaliptos e produção de carvão, capazes de oferecer suporte às indústrias de ferro gusa, no aproveitamento dos "espaços vazios".

Com base nisso pode-se reafirmar que o PGC teve, e ainda tem, por objetivo atender necessidades e interesses relacionados ao campo macro da economia e da sociedade, no sentido de buscar suprir problemas referentes a crise sociopolítica. Por conseguinte, as particularidades locais não estiveram entre as preocupações do programa, da mesma forma que os danos causados à natureza nunca chegou a ser uma preocupação a ponto de, efetivamente, provocar uma mudança comportamental para alterar seu roteiro de ações, ainda que haja a efetivação de alguns projetos ambientais.

Philip Fernside, um professor do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, INPA, apontou, por meio de estudos, que para produzir 2,8 milhões de toneladas de ferro gusa por ano, as indústrias necessitariam de 2,3 milhões de toneladas de carvão, o que provoca um corte de mil quilômetros quadrados de floresta amazônica. (SUTTON, 1994, p. 64). Além desse estudo outros apontaram para níveis de destruição ainda maiores. Essa devastação em macro-escala foi provocada não apenas pelas imensas plantações de eucaliptos para a produção de carvão, mas por atividades madeireiras e projetos pecuários interligados ao PGC.

Os desmatamentos provocaram, no decorrer do tempo, anomalias no comportamento de rios e riachos, secando muitos deles; numa reação em cadeia, a flora natural também sofreu muitas transformações, juntamente com as espécies animais, insetos e peixes; o subsolo, igualmente, sofreu interferências com a presença de produtos químicos e metais pesados. No conjunto, o resultado da ação das indústrias provocou, assoreamento e poluição de rios, assim como a própria atmosfera, pela emissão de gases nocivos.

A região tocantina, especialmente a cidade de Imperatriz e suas proximidades, apresenta-se como um locus desse processo de degradação do meio ambiente e das alterações nas mudanças sociais ocorridas no interior dos grupos excluídos do processo, por não se adequarem à lógica do PGC.

Atualmente, o município de Açailândia, possui algumas siderúrgicas e sofre por causa da poluição urbana provocada pela emissão de gases na atmosfera. Como consequência, há um alto índice de doenças respiratórias entre a população, especialmente crianças e idosos. Alguns grupos prejudicados têm buscado pressionar os poderes públicos e alertar o restante da população contra as indústrias. Somando-se a isso, o IDH - Índice de Desenvolvimento Humano - da cidade não acompanha o PIB.

Em Imperatriz, muitos problemas estão relacionados à chegada da Celmar, pois, para executar seu empreendimento, deixou visíveis interferências na vida de grande parte da população, especialmente nos grupos camponeses e quebradeiras de coco babaçu. A empresa foi responsável por um plantio de milhares de hectares de eucaliptos na região. Isso implica afirmar que a monocultura contribuiu para subverter a paisagem diversificada de plantas e animais nativos. Da mesma forma, com o reforço da concentração fundiária, subverteu-se relações sociais pautadas em trabalho familiar e comunitário, com a imposição de valores centrados em relações econômicas.

A produção de carvão comercial em Imperatriz intensificou, nos últimos anos, os problemas relacionados ao meio ambiente. Além disso, provocou mudanças no interior de grupos tradicionais que vêm, sofrendo readequações. Camponeses e quebradeiras de coco que antes trabalhavam de forma mais livre, por falta de terra e renda, sentem-se pressionados ou motivados a se dedicarem a atividades relacionadas à produção do carvão.

Essa produção tem contribuído expressivamente para mudanças no habitus de trabalho camponês e extrativista. O que se extraía da roça e dos cocais era suficiente, em termos relativos, para manter a sobrevivência da família; a renda do carvão, por si só, não tem apresentado os mesmos resultados. Dentro as mudanças ocorridas com essa nova dinâmica, pode-se citar a drástica redução da produção local de arroz que vem ocorrendo nos últimos anos, alterando o comportamento do mercado local e o próprio hábito alimentar, com crescente substituição de produtos agrícolas naturais por produtos industrializados.

As quebradeiras de coco babaçu são outra categoria social que sofrem mudanças em suas relações sociais e de trabalho. A devastação dos babaçuais, intensificada nos últimos anos, e as vantagens financeiras oferecidas com a venda do carvão do coco, tem contribuído para o encolhimento da prática tradicional da quebra do babaçu, em detrimento da venda do material energético.

Essa mudança provoca uma importante quebra na cadeia cultural do trabalho extrativista. O ato das quebradeiras trabalharem coletivamente e produzirem uma variedade de produtos do babaçu como remédios, alimentos e artesanato. Esta prática vem sendo substituída por um novo habitus que se realiza no benefício meramente econômico e individual. Essa prática quebra a tradicional cadeia de trabalho que relaciona alimentação e renda, mas também ensinamentos, vivências, arte e harmonia socioambiental.

Ainda que a venda do carvão vegetal a partir do babaçu proporcione vantagens, num primeiro momento, ela traz implicações ao substituir os produtos extraídos do coco por produtos adquiridos no mercado de produtos industrializados. A renda torna-se, muitas vezes, desfavorável, em relação aos custos e a qualidade alimentar. Uma forma de tentar equilibrar essa relação seria adquirir renda a partir da venda do carvão, sem perder por completo as práticas socioculturais extrativistas que vem sendo conservadas a várias gerações.

Essas são algumas das mudanças ocorridas na região, a partir de mudanças nas relações de trabalho. De modo geral, pode-se constatar alguns desfavorecimentos no quadro social do Maranhão, provocados por mudanças ocorridas no contexto do PGC. Do início da década de 1980 ao momento presente, o estado consolidou índices sociais e econômicos desfavoráveis, comparado ao restante do país. Atualmente é um dos estados mais pobres da federação, com sua série de consequências sociais (Franklin, 2008, p. 187).

Portanto, com base nas implicações apontadas no decorrer do texto, pode-se demonstrar outros aspectos desfavoráveis do projeto que podem ser sintetizados da seguinte forma: “perda de poder de decisão sobre extensas áreas do território nacional; influência de grandes empresas sobre a economia brasileira; perda de oportunidades de criar um desenvolvimento local [...]” (SANTOS, 2008, p. 31).

Pela cultura política brasileira, os grandes projetos costumam ser pensados e executados por grupos situados fora da esfera popular. O interesse do Estado coloca-se, muitas vezes, acima do interesse de seus habitantes e caminha em direção ao campo econômico em nível macro. Entretanto, “As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social, mas conforme os seus interesses” (BOURDIEU, 2005, p. 11).

Nessa ação, os grupos marginalizados procuram encontrar seu espaço e buscar satisfazer os interesses inerentes a seu campo; entram na engrenagem da macro-dinâmica, interagindo com ela, justificando ou negando, dependendo de onde se encontram, no contexto social. Numa soma de várias interferências, o todo não é mais o mesmo, talvez por isso o Projeto Grande Carajás não conseguiu sustentar-se tal como pretendeu. O Estado e as próprias empresas perderam, ao desconsiderarem uma parte importante da sociedade.

Algumas considerações sobre o povoado de Petrolina

Antes de começar a análise dos conflitos que algumas quebradeiras de coco de Petrolina enfrentam, é necessário efetuar um balanço histórico do próprio

povoado, sua formação, crescimento e transformações. Com isso, torna-se mais fácil a compreensão de como essas quebradeiras de coco se reuniram para formar uma associação em defesa das florestas de babaçu e das relações sociais comunitárias.

A comunidade de Petrolina tem uma história de sofrimento, perseverança e conquistas, no que se refere à sua formação, crescimento e conflitos internos. Com mais de meio século de existência, passou por uma ordem de transformações em vários níveis e intensidades. Boa parte dessas transformações proveio de elementos exógenos ao povoado, fruto de mudanças sucedidas no país e no mundo.

A primeira fase da história do povoado se realiza no trabalho de algumas pessoas e famílias oriundas de outras localidades que, por falta de terra própria, instalavam-se temporariamente em áreas mais distantes e disponíveis. O trabalho desses pioneiros ampliou-se a outros e nas idas e vindas, aos poucos começaram a ficar definitivamente. Nesse processo nasceu o povoado de Petrolina.

Durante muito tempo a comunidade teve basicamente a mesma feição socioeconômica, com base apenas no trabalho na roça e da quebra do coco babaçu, de modo geral, pelas mulheres. A comunidade vivia distante, socialmente, da cidade e as pessoas se restringiam a algumas viagens por ano. Entretanto, com o melhoramento das vias de acesso, esse fluxo se intensificou notavelmente: pessoas, mercadorias e dinheiro circularam de forma mais intensa e provocou mudanças no sentido de valorizar economicamente as terras locais.

Até então, as quebradeiras de coco babaçu desenvolviam suas atividades livremente, pois quando não eram donas da terra, tinham acesso livre a ela. A partir da valorização econômica dessas áreas, fazendeiros começaram a comprar ou tomar as terras dos camponeses locais. Nesse contexto, as quebradeiras de coco passaram a necessitar de autorização para quebrar o coco, na qual nem sempre conseguem. As dificuldades estão não apenas na falta de acesso livre, como anteriormente, mas na crescente devastação da floresta nativa para o plantio de capim e eucalipto. Em decorrência de mudanças como essas, a atividade tradicional do extrativismo local sofreu significativa redução.

Outro divisor de águas na vida das quebradeiras de coco surge quando empresas de ferro gusa se instalaram na região, incentivando a compra de carvão para o aquecimento de seus fornos. Com esse incentivo um grande número de famílias têm se dedicado ao fabrico predatório dessa matéria-prima. Isso contribuiu com a crescente devastação nos cocais e para a redução da prática tradicional do extrativismo.

Com o propósito de se contrapor a prática mercadológica do carvão, que contribui para a destruição dos babaçuais e dos laços comunitários, um grupo de quebradeiras no povoado fundou uma associação com o objetivo de promover alternativas econômicas e sociais, a partir de um debate acerca da preservação florestal. Em seu conjunto de ações está contida a construção de um discurso identitário pautado na memória de uma vida saudável, tranqüila e mais abundante. Os valores comunitários são exaltados porque refletem um tempo de cooperação mútua no interior do povoado.

Promovem esse debate por meio da associação com outras instituições, a saber, organizações não governamentais, sindicatos e órgãos públicos; internamente dialogam com a Igreja católica, a escola, o clube de mães, dentre outras organizações. Desenvolvem trabalhos com quebradeiras de coco do povoado, com discussão sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Realizam cursos de artesanato, ensinamentos para o aproveitamento integral do coco. Um dos principais objetivos é não perder de vista os valores comunitários e “relembrar” as pessoas da harmonia social e ambiental que viviam os primeiros moradores de Petrolina.

A memória como elemento político

Todo indivíduo tem lembranças, tem memórias e as memórias constroem o indivíduo socialmente. Memória e lembrança, a princípio, parecem uma mesma manifestação, no entanto, Diehl (2000, p.116) afirma que as lembranças são vivências aleatórias, experiências que se perdem no tempo, por isso, difíceis de serem sistematizadas socialmente. O conteúdo social fica a cargo da memória, por se constituir como experiências consistentes e palpáveis. A memória é possível de ser enquadrada historicamente.

A construção da memória no interior dos indivíduos é objeto de estudo em diversas áreas do conhecimento. Para o filósofo Bergson, as percepções do pensamento são essenciais para estimularem determinadas memórias, ao mesmo tempo, a memória, uma vez suscitada, altera a forma de representação do próprio presente (BOSI, 2003, p. 9). O passado surge percebido por uma lente do presente, concomitantemente, o presente sofre suas interferências, numa relação de reciprocidade entre presente e passado ou vice-versa.

Mais importante ainda para nossa abordagem será a análise do sociólogo alemão Halbwachs, pelo fato de não só levar em consideração essa relação de construção da memória na dinâmica do presente com passado e vice-versa, como também colocará outro elemento de suma importância para a compreensão da memória: o grupo. O sociólogo sai das fronteiras da memória em si para perceber os grupos sociais. A memória do indivíduo é analisada por Halbwachs como um elemento agregado à memória do grupo e das instituições da sociedade. Toda memória se condiciona na compreensão interior do grupo.

As leis naturais não estão nas coisas, mas no pensamento coletivo, enquanto este as examina e à sua maneira explica suas relações [...] Em outras palavras, existe uma lógica da percepção que se impõe ao grupo e que o ajuda a compreender e a combinar todas as noções que lhe chegam do mundo exterior [...] (HALBWACHS, 1990, p. 61).

O sociólogo refere-se a uma sistemática harmonia que há entre o indivíduo e o grupo, tornando-se praticamente impossível perceber as fronteiras das “vibrações”, se no próprio indivíduo ou se no grupo o qual ele pertence e até

que ponto essas influências são concebidas pelos agentes no interior do processo (Idem, p. 64).

Para reforçar esse desenho de “construção” da memória, Mastrogregori (IN MALERBA, 2006, p. 7) afirma que o presente determina as condições para se enxergar o passado, por meio de condições sociais, políticas e culturais que balizam o olhar do presente em direção ao passado. Isso acontece porque, segundo Pollak a busca do passado tem o propósito de buscar elementos que possam contribuir para a manutenção dos grupos presentes. “O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo” (POLLAK, 1989, p. 11).

Pode-se remeter a outra dimensão de memória, não enfatizada diretamente por Halbwachs, com o objetivo de ampliar o horizonte dessa abordagem: o esquecimento. “A nossa capacidade de lembrar algo é a mesma capacidade de esquecer” (DIEHL, 2000, p. 115). Essas “lembranças proibidas”, “indizíveis” ou “vergonhosas”, muitas vezes não são sentidas porque passam despercebidas pela sociedade, o que é formalizado é mais fácil perceber. Na história os esquecimentos e os silêncios revelam, em dada medida, uma manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1994, p. 426). Com a memória dos indivíduos não seria diferente, partindo da perspectiva de que lembrar não é reviver, e sim refazer.

Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas e de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado [...] remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado (POLLAK, 1989, p. 9).

É nessa perspectiva de memória, uma memória formada pelos grupos, que atende interesses e necessidades específicos que pode-se perceber esse grupo de mulheres quebradeiras de coco do povoado de Petrolina deve ser percebido. Inserido num conflito social, em que o presente destrói um passado com enorme valor simbólico, elas buscam estratégias de resistências para fazer sobreviver a cultura do babaçu.

A partir desses apontamentos acerca de como pode-se compreender a memória, será analisado algumas das principais estratégias do grupo de quebradeiras de Petrolina, no sentido de manterem a existência de suas práticas. Elas constroem um discurso identitário em nome de um tempo de abundância diante de um presente repleto de problemas novos. As memórias buscadas ganham força num tempo cronológico, nos primórdios da formação da comunidade, da mesma maneira, ganham consistência no tempo vivido, representado por uma vida diferente e, em muitos aspectos, melhor.

Nesses dois tempos elas constroem seus significados e suas ações, o tempo histórico para elas praticamente não apresenta substancialidade. A credibilidade conquistada no interior da comunidade, pelo público alvo desse grupo de mulheres é fundamental para a existência de seus esforços. O

testemunho dessas mulheres se organiza na descrição de um tempo no qual se vivia de forma comunitária, se adquiria quase tudo da terra própria.

Primeiros tempos

O Povoado Petrolina localiza-se na zona rural de Imperatriz, oeste do Maranhão, numa região conhecida por Bico do Papagaio. A formação dessa comunidade inicia-se logo em meados da década de 1950 (FRANKLIN, 2008, p. 132) quando começam a chegar as primeiras famílias. A partir do trabalho desses pioneiros, esses grupos começaram a tomar formato de uma comunidade, até formar o que é hoje uma das mais importantes povoações da região de Imperatriz.

A área que corresponde ao povoado atualmente, antes das primeiras famílias ou pessoas fixarem residência lá, já era conhecida por camponeses que iam fazer suas roças. Tratava-se de camponeses residentes em outros municípios vizinhos que costumavam sair em busca de terras férteis e disponíveis. Por falta de terra própria, normalmente faziam as roças em uma região e moravam em outra.

No tempo de capinar, derrubar, queimar e plantar, as idas e vindas eram constantes; à época da colheita, exigia-se um tempo mais extenso no local, dependendo do tamanho da roça, abrangendo até várias semanas. Nessa demora da colheita, os camponeses faziam barracos cercados e cobertos de palha da palmeira de babaçu (SILVA, entrevista, 20.07.08, p. 4).

Era necessária a presença das mulheres acompanhadas de seus filhos, crianças ou adultos. A função dos mais velhos era acompanhar o pai nos trabalhos mais exaustivos da roça; as crianças, via de regra, auxiliavam a mãe em tarefas simples como levar a comida à roça, ajudar na limpeza do barraco, dentre outras tarefas domésticas; as filhas normalmente acompanhavam a mãe nas tarefas domésticas ou na própria colheita, pois essa atividade mobilizava toda a família, por se tratar de um trabalho relativamente leve e ter prazo para ser efetuado. Além disso, terminar o corte do arroz, a colheita do feijão, a quebra do milho e a colheita de uma série de frutos e legumes, significava estarem em casa mais cedo com o conforto da abundância para o ano inteiro.

Se na roça o trabalho da mulher era visto, de maneira geral, como auxiliar, com ênfase no preparo da comida, limpeza e cuidado com as crianças, na cata e quebra do coco o sentido se invertia. As meninas tinham significativa participação, aprendiam a quebrar o coco, na maioria das vezes, a partir dos dez anos de idade; os meninos até antes de começar o trabalho junto ao pai, acompanhavam a mãe. Quanto ao esposo, sua participação na quebra do coco era quase inexistente, não apenas por causa do mito que diz que o homem que quebra coco a bunda cresce, mas pelo fato de quase sempre estar envolvido na função de administrar a produção agrícola.

A quebra do coco constituía-se como um trabalho paralelo. Próximo ao barraco de moradia provisória as mulheres faziam pequenos barracos cobertos de palha e aberto nas laterais. O objetivo era apenas comportar algumas quebradeiras sentadas no chão, protegidas do sol e da chuva.

Enquanto os maridos estavam na roça, as esposas organizavam pequenos grupos para juntar e quebrar, levando boas quantidades para casa após período de cultivo da roça; em casa torravam as amêndoas com o intuito de fabricar azeite para o consumo alimentar e no fabrico de sabão caseiro; extraíam o leite do coco cru para alimentação, substituindo o leite de vaca e no tempero de carnes de caça; fabricavam remédios caseiros a partir da casca do fruto (Idem, p. 5). Voltar para casa era mais que voltar com os muitos produtos adquiridos na roça, significava um período de abundância e satisfação para toda a família e até vizinhos.

Fabricava-se o artesanato a partir da palha da palmeira de babaçu, começando pela própria cobertura da casa, na confecção de portas, janelas e mesmo esteiras que poderiam ser utilizadas para dormir; abanos para auxiliar no acendimento do fogo doméstico; cofos, objetos que servem para transportar arroz, feijão, carvão, roupas e tudo aquilo que se queira, dependendo do tamanho. Do caule da palmeira velha extraía-se o adubo, muitas vezes para o plantio de uma pequena horta no quintal ou um canteiro, espécie de horta suspensa em um jirau para evitar que crianças ou animais domésticos interfiram no crescimento das hortaliças.

Do coco velho fazia-se o carvão para uso doméstico ou para venda em pequena escala. A qualidade do carvão de babaçu é incomparável diante de qualquer outro vegetal, afirmam as quebradeiras de coco (SOUZA, entrevista, 20.07.08, p. 7). Dentre os vários outros benefícios que o babaçu trazia e traz às famílias, esses são dos mais importantes.

Por tantos subprodutos extraídos, a palmeira de babaçu ganhou o merecido título de mãe das quebradeiras de coco, título que ela tem não apenas no povoado de Petrolina, mas em várias outras localidades onde exista o fruto. Não por acaso, há um enorme respeito com as florestas nativas pelas mulheres que já criaram filhos e netos por meio da quebra do coco.

Com o tempo, essas famílias que vinham e plantavam a roça, quebravam o coco e voltavam, passaram a ter demoras cada vez mais extensas até que as primeiras famílias resolveram ficar de vez, próximo ao local da roça e da quebra do babaçu. O tempo foi passando e outras famílias tomaram a mesma decisão, até que o povoado ganhou um nome: Puruquero, que segundo os moradores mais antigos é o nome do primeiro homem a andar na região quebrando coco e fazendo roça (Idem, p. 4). Ainda que o nome posteriormente tenha mudado para Petrolina, alguns moradores mais antigos ainda chamam o povoado pelo nome do primeiro morador.

A notícia de terras abundantes e férteis se espalhou por muito longe e começaram a surgir famílias de outras partes do Maranhão. Um dos motivos mais evidentes foi a falta de terras, muitas vezes ocasionada pela grilagem, uma realidade comum na época em praticamente todo o país (SANTOS, 2007, p. 13).

Surgiram pessoas originadas de vários lugares para se instalarem em Petrolina, que representava a fartura de terras e de coco babaçu. Não demorou chegar famílias dos estados do Piauí, Ceará e Pernambuco; em pouco tempo o povoado se tornou uma das maiores aglomerações populacionais rurais da região de imperatriz.

Na primeira metade da década de 1960 foi construída uma escola pública para atender às centenas de crianças do ensino fundamental. Surgiu, organizada pelos próprios moradores, uma grande feira livre no povoado que atraía pessoas de outros municípios. Vários subprodutos do babaçu poderiam ser encontrados lá, do artesanato a remédios e alimentos alternativos; da roça encontrava-se farinha, feijão, milho e uma infinidade de produtos alimentícios. Encontrava-se de tudo, afirma dona Raimunda da Silva Sousa (entrevista, 20.07.08, p. 7), uma das moradoras mais antigas do povoado.

Para as muitas famílias que viviam no povoado a vida era sossegada e boa, tinha tudo o que necessitavam; “da roça e do coco era possível viver bem, apesar das muitas dificuldades”, principalmente com a falta de estradas, que inibiam o acesso a outras localidades para adquirir produtos que não se obtinha na roça, remédios farmacêuticos eram alguns deles.

No início dos anos 1970 foi construída uma via de acesso interligando os municípios de Imperatriz e seu adjacente, Cidelândia (SANTOS, 2008, p. 7). O nome desse caminho ficou conhecido por Estrada do Arroz, pelo expressiva produção desse gênero alimentício, ainda que não fosse o único produto da região. Essa estrada interliga os municípios de Imperatriz e Cidelândia, num percurso de cerca de sessenta quilômetros. Essa via de acesso tem vários povoados em suas margens, Petrolina é o último deles, distando doze quilômetros do município vizinho e quarenta e oito da zona urbana de Imperatriz.

A presença dessa estrada inegavelmente trouxe uma série de vantagens aos povoados, no caso em evidência, o de Petrolina. O comércio ampliou-se consideravelmente, o fluxo de pessoas e mercadorias se intensificou sensivelmente, os subprodutos do coco babaçu, o arroz, o milho e o feijão rapidamente puderam ser vendidos na cidade com o intuito de adquirir os produtos industrializados como, dentre outros instrumentos, a máquina de plantar arroz e o machado para quebrar o babaçu.

No bojo de todas as positivities veio uma série de mudanças que se delinearão em aspectos negativos para grande parte das famílias mais antigas no povoado. O melhoramento da locomoção contribuiu para o surgimento ou o crescimento de um mercado interno de produtos agrícolas, industrializados e da própria terra, inflacionando seus preços.

Fundação da associação

Na região de Açailândia, município próximo a Imperatriz em setenta quilômetros, localizam-se várias guserias com finalidade de derretimento de ferro. Fruto de um projeto maior que envolve a extração do minério na região da Serra dos Carajás, no estado do Pará, a partir de meados da década de 1980, essas empresas de ferro gusa concentram suas atividades na parte inicial da cadeia produtiva industrial. Para essa atividade necessitam de altas quantidades de material energético provindas essencialmente do carvão vegetal.

Boa parte desse material energético era adquirida por intermédio de plantações de eucaliptos e de resíduos de madeiras das serrarias na região, conforme apontado anteriormente, com o tempo começou-se a incentivar a

fabricação do carvão do coco babaçu na estrada do arroz (PROJETO, 2005, p. 8). A proporção que cresceu a venda do carvão nessa área cresceu o número de fabricantes não só em Petrolina, mas em vários outros povoados da região. Nessa dinâmica surgem os atravessadores desse comércio, facilitando cada vez mais o mercado do carvão no povoado. As empresas enviam caminhões aos povoados para recolher o carvão comprado por esses intermediários ou vendedores diretos.

Uma parte expressiva desse plantio está localizada próximo à Estrada do Arroz, conseqüentemente de Petrolina. Além da elevada concentração fundiária provocada em toda região, a empresa compra o carvão fabricado pelas famílias. A venda desse produto significa uma renda importante para os moradores de lugares pobres como os da Estrada do Arroz, uma vez que as oportunidades de trabalho são praticamente inexistentes. A terra concentrada, os babaçuais cada vez menos disponíveis e a falta de emprego, constituem uma realidade presente na vida das moradoras do povoado.

Um grupo de mulheres quebradeiras de coco no povoado começou a pensar em uma alternativa que vislumbresse, se não suprimir determinadas práticas, pelo menos inibir algumas ações. Essas mulheres percebem que a atração financeira pela venda do carvão incita a queima do coco verde ou aproveitável para outros desígnios. A proposta do grupo é fabricar o carvão apenas do fruto velho ou inaproveitável para a quebra ou artesanato, dessa forma é exequível a preservação dos babaçuais e da cultura extrativista.

No ano de 1998, esse pequeno grupo de mulheres fundou uma associação: Associação das Quebradeiras de Coco do Povoado de Petrolina. Inicialmente elas contaram com a ajuda de entidades como o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural - CENTRU e o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB.

Pelo enorme vulto no plantio de eucalipto, a empresa Ferro Gusa Carajás, pertencente a Vale, foi obrigada a conservar uma reserva natural. Designaram uma extensão florestal de babaçuais que não pode ser devastada ou prejudicada de nenhuma forma pela ação antrópica. Essa reserva de cerca de trezentos hectares localiza-se em Petrolina.

Em conversas com funcionários da empresa, algumas mulheres descobriram que poderiam quebrar o coco na reserva legal, desde que fosse cedida a uma pessoa jurídica e não física. A fundação da Associação atende a essas necessidades iniciais. Durante um tempo considerável essa área de proteção não sofreu interferências expressivas por parte das pessoas na comunidade. Desde a fundação da Associação a empresa assina contrato de comodato em intervalo de dois anos, em que outorga direito às famílias incorporadas à Associação de explorar o babaçu para uso doméstico ou comercial em pequena escala (CRUZ, entrevista, 13.07.08. p. 3).

Nos últimos anos, o grupo de mulheres tem sofrido a pressão do mercado local do carvão, a própria reserva, antes não percebida como meio de produção para esse produto, se encontra cada vez mais vulnerável diante da demanda no interior do povoado. O papel da empresa é proteger a área contra a ação

predatória das pessoas no sentido de queimar o coco, no entanto ela deixa passar despercebido o problema.

As quebradeiras também têm o papel de proceder na vigilância contra a queima dos babaçuais no interior da reserva. Por outro lado, à medida que se pronunciam nesse sentido, desagradam grande parte dos moradores que têm na venda do carvão uma alternativa para sobrevivência econômica.

Para muitas pessoas na comunidade a Associação representa um inimigo, visto que “são contra a sobrevivência honesta das famílias” (SILVA, entrevista, 20.07.08, p. 5). A Associação possui máquinas para triturar a amêndoa do coco e a fécula do mesocarpo, parte do babaçu localizada entre a casca mais externa, denominada epicarpo e a parte mais interna e dura, denominada endocarpo, que aloja as amêndoas.

Com o emprego dessas máquinas há maior facilidade na fabricação do azeite, do leite de coco, da farinha do mesocarpo que serve para preparar alimentos como doces, biscoitos, bolos, mingau, remédios, dentre outros. A Associação fabrica e vende a farinha de mesocarpo, no entanto, por falta de um mercado consumidor mais estável, a venda oriunda da fabricação desse produto é muito volúvel. Elas entendem que a falta de uma renda favorece consideravelmente à proximidade com o mercado predatório do carvão.

Atualmente na comunidade o número de pessoas que sobrevivem da venda do carvão é cada vez mais expressivo, em contrapartida, a atividade extrativista tradicional torna-se cada vez mais rarefeita. Crianças, jovens e adultos envolvem-se num processo produtivo mais acelerado e mais lucrativo. Os jovens sem emprego sentem-se imensamente atraídos pelo trabalho na carvoaria. Num dia de trabalho uma quebradeira de coco chega a quebrar entre cinco a dez quilos de amêndoas, o preço do quilo custa cerca de um real. No trabalho com o carvão, facilmente se produz cinco sacos diários, com um valor unitário de oito reais.

Vários estudos apontam para uma maior vantagem financeira a partir do coco babaçu, desde que se trabalhe com maior valor agregado e não apenas com a venda in-natura das amêndoas. O MIQCB busca projetos alternativos para as comunidades extrativistas nos quatro estados em que atua: Maranhão, Tocantins, Pará e Piauí. Buscando ajuda em nível jurídico e financeiro, no âmbito da produção e geração de renda, o grupo de mulheres de Petrolina busca na especificidade de sua realidade soluções para o problema crescente da devastação da floresta nativa, que vem contribuindo para a extinção da prática tradicional do extrativismo.

Um dos primeiros problemas apontados por essas mulheres é a produção e venda individual do carvão, quebrando a cadeia de solidariedade existente nas práticas tradicionais do trabalho. A noção de família ampliada trazia mais tranquilidade a muitos moradores antigos, porque na maior parte das vezes, eram pessoas enraizadas em outras terras, que passaram a enfrentar uma vida nova em um novo lugar. Essa estranheza ao lugar favorecia o vínculo familiar com os novos moradores, uma vez que parte da família ficava para trás.

No discurso das quebradeiras de coco da Associação, percebe-se certa inquietação no que diz respeito à postura do consumo atual das pessoas. Tudo se compra, de alimentos a adubos, tudo circula em torno do dinheiro e não do

trabalho. O artesanato do babaçu, para elas, pode trazer maior contribuição às famílias, com a redução da compra de produtos industrializados, e pode, ainda, originar um complemento na renda a partir da venda de chaveiros, colares, brincos, dentre outros produtos (CRUZ, entrevista, 13.07.08, p. 8).

A associação tem promovido cursos sobre alimentação alternativa, remédios caseiros, aperfeiçoamento no artesanato, debates sobre meio ambiente, gênero, emprego, dentre outros temas e ações na tentativa de provocar uma reflexão acerca da realidade atual do povoado. Elas entendem que a melhor forma de melhorar as condições de vida das famílias do povoado, é aproveitando melhor os recursos naturais disponíveis, especialmente o coco babaçu. Entendem que o comércio do carvão vegetal, da forma como vem sendo conduzido, destrói as práticas tradicionais do extrativismo.

Uma das maiores preocupações diante disso é que esse mercado destrua as relações sustentáveis de trabalho. Para o grupo de quebradeiras, que luta por um projeto alternativo, a melhor saída econômica e social para o povoado é o aproveitamento integral do babaçu, como o óleo, o leite, doces, biscoitos, bolos, artesanatos e "carvão ecológico". Para essas mulheres, uma comunidade extrativista deve viver com base em seus moldes específicos: não apenas comprar, mas também produzir, ter uma contínua preocupação com o meio ambiente e com a perpétua conservação do espírito comunitário entre todos os moradores.

Em dez anos de existência da Associação, muitas quebradeiras consideram ter expressivas conquistas, apesar de muitas antipatias. Suas mensagens têm ecoado dentro e fora do povoado. Procuram estar inseridas em projetos da escola local, sempre que possível vendem produtos do babaçu para a merenda escolar e contam a história do grupo a estudantes, afim de incentivar a produção de trabalhos escolares. Houve ocasião de aproveitarem o desfile do Sete de Setembro, para levar a mensagem da Associação por meio de cartazes, faixas, produtos do babaçu, músicas cantadas, numa prática estrategicamente ressignificada.

Na Igreja elas conseguiram um espaço no tradicional festejo do padroeiro local, ocorrido todo ano no mês de setembro. O evento dura vários dias, com missas todas as noites, festas, venda de comidas e bebidas. Um desses dias é dedicado e organizado pelas quebradeiras de coco na ornamentação da missa com folhas da palmeira, o cacho do fruto, parte do caule, dentre outras partes. Na venda de comida após a missa, dá-se ênfase às receitas preparadas a partir do babaçu.

Elas procuram dialogar e trabalhar junto a outras entidades locais, além de procurarem ajuda de entidades fora do povoado que apóiam sua bandeira, a exemplo do IBAMA, do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Imperatriz - STTR, além do CENTRU e MIQCB.

Por outro lado, precisam de uma sintonia maior com as famílias do próprio povoado, pois nem todas compreendem o mundo como as quebradeiras da Associação; parece não se preocuparem com a devastação das florestas nativas e não polemizam a dilaceração da vida comunitária. O fato de se tratar de

uma nova geração, filhos, netos e recém chegados, parece contribuir com isso, pois não acompanharam a formação e crescimento da comunidade.

Evidencia-se um problema, a saber, a falta de afinidade com um discurso pautado nas memórias. À medida que esse grupo não conheceu a vivência desse tempo, torna-se mais difícil uma sensibilização, essa geração se identifica antes com o emprego, o salário, o lucro, a vida individual. Essa luta está em percurso, será necessário mais tempo para o desenho de novas ações e novos resultados.

Considerações finais

Esse é o percurso de um grupo de quebradeiras de coco babaçu que enfrenta as mudanças de uma nova era. As mudanças trazidas por esse novo tempo são aceitas como legítimas por essas quebradeiras que entendem as mudanças como algo necessário e inevitável. Entretanto, elas compreendem que a perda de valores e práticas possa se constituir como elementos negativos, em diversos sentidos, no momento em que um grupo perde seus referenciais culturais.

Compreendendo que o presente não se apresenta tão satisfatório, para muitos, buscam elementos na memória de um tempo em que as relações eram mais harmônicas no sentido ambiental, quando não se tinha necessidade de devastar e queimar para sobreviver, era facilmente conciliável a sobrevivência material das famílias e o bem-estar dos cocais, favorecendo, dentre outras coisas, uma vida mais saudável.

No sentido social havia um forte espírito familiar entre os moradores da comunidade, cada vez mais fragilizado pelas relações individualizadas dos novos tempos. Outro elemento importante é a idéia do alimento farto, num tempo em que praticamente se extraía tudo da roça ou dos cocais, pouco se comprava; hoje, “tudo se compra”, “tudo se adquire no supermercado”.

Por conta de questões como essas, esse grupo de quebradeiras de coco do povoado Petrolina luta para manter vivos parte desses valores “passados” para tentar manter o equilíbrio sócio-ambiental no presente, traduzindo-se em uma vida melhor, em todos os sentidos, para as famílias simples do povoado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. **O Campo Econômico: a dimensão simbólica da dominação**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

BOSI, Eclea. **O tempo vivo da Memória**. Ensaios de Psicologia Social. SP. Ateliê: Editorial, 2003.

COTA, Raimundo Garcia. **Carajás: a invasão desarmada**. Petrópolis: Vozes, 1984.

DIEHL, Astor. **A Cultura Historiográfica**: memória, identidade e representação. Bauru: EdUSC, 2000.

FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e Fontes para a História Econômica de Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 2008.

GOMES, Socorro. A Privatização da Vale e o Leilão dos Minérios Brasileiros. **Revista Princípios**, fevereiro-março-abril, 1996.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 3 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

KOWARICK, Marcos. **Amazônia/Carajás**: na trilha do saque. São Luís: Anita, 1995.

MALERBA, Jurandir (org.) **A história escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.

MICELI, Sérgio. introdução in: BOURDIEU, Pierre. **Economia das Trocas Simbólicas**. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

POLLAK, Michael. **Estudos Históricos**: Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

SANTOS, Raimundo. **A (não) Reforma Agrária de FHC**: Problemas e Perspectivas no Assentamento Alegria. Imperatriz: Ética, 2007.

_____. **Reinventando um Mundo**: Quebradeiras de Imperatriz em Busca de um Caminho. Imperatriz: Ética, 2008.

SUTTON, Alison. **Trabalho Escravo**: um elo na cadeia da modernização no Brasil de hoje. São Paulo: Anti-slavery Internacional, 1994.

VALVERDE, Orlando. **Grande Carajás**: planejamento da destruição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989; Universidade de São Paulo e Fundação da Universidade de Brasília, 1989.

FONTES DOCUMENTAIS

CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves; (org). **Carajás**: desenvolvimento ou destruição? Relatório de pesquisa. CPT, 1995.

CVRD. **A Mineração no Brasil e a Companhia Vale do Rio Doce**. Rio de Janeiro, 1992.

IBASE. Carajás: **O Brasil hipoteca seu futuro**. Rio de Janeiro: Achamé, 1983.

PROJETO **Nova Cartografia Social da Amazônia**. Serie Movimentos Sociais, identidade coletiva e conflitos. Fascículo 6. Quebradeiras de Coco Babaçu de Imperatriz. São Luís: 2005.

ENTREVISTAS

CRUZ, Terezinha Sousa. Tesoureira da Associação das Quebradeiras de Coco do Povoado Petrolina. Entrevista concedida a Raimundo Santos em 13 de julho de 2008.

SILVA, Tereza. A. Membro do Clube de Mães do povoado. Entrevista concedida a Raimundo Santos em 20 de julho de 2008.

SOUSA, Raimunda da Silva. Membro da associação. Entrevista concedida a Raimundo Santos em 20 de julho de 2008.